

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

Capítulo 1

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMO EXPRESSÃO DO <i>IUS PUNIENDI</i> E AS GARANTIAS DO ACUSADO	23
--	----

1.1. Noções gerais e aspectos constitucionais	23
1.2. Noções gerais e aspectos infraconstitucionais	29
1.2.1. LIA: aspectos gerais.....	35
1.2.2. Alterações legislativas processuais na LIA: a indefinição entre o processo civil e o processo penal.....	41
1.3. Improbidade administrativa: conceito	48
1.3.1. O vocábulo “sanção” e a improbidade administrativa	54
1.3.2. Sanção civil e a improbidade administrativa.....	58
1.3.3. Improbidade administrativa e o modelo intermediário do <i>ius puniendi</i>	69
1.4. Consequência da natureza punitiva da improbidade: base teórica para aplicação de garantias processuais ao acusado	75
1.4.1. Estados Unidos	81
1.4.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	84
1.4.3. CIDH.....	87
1.5. Fonte normativa das garantias processuais penais aplicáveis à LIA: CF/1988 e CADH	89
1.5.1. Verificada a inconstitucionalidade ou incompatibilidade das normas processuais aplicáveis à LIA com as garantias do acusado, que norma aplicar?.....	91

Capítulo 2

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E PROCESSO.....	97
--	----

2.1. Objeto, estrutura, institutos e fundamentos da ação de improbidade administrativa: entre o processo civil e o processo penal.....	98
2.1.1. Causa de pedir	106
2.1.1.1. Causa de pedir próxima: a aplicação do <i>iura novit curia</i>	106

2.1.1.2.	Causa de pedir remota: o ne bis in idem e o art. 493 do CPC.....	111
2.1.2.	Pedido	119
2.1.2.1.	Pedido mediato: a aplicação de sanção	122
2.1.2.2.	Pedido imediato: a preponderância do pedido (des) constitutivo.....	129
2.1.2.3.	Correlação entre pedido e sentença.....	131
2.1.3.	Causa de pedir e pedido: reparação do dano ao erário e invalidação do ato administrativo	144
2.1.4.	Causa de pedir e pedido após a Lei 14.230/2021: as adaptações nos processos em curso	149
2.1.4.1.	Emenda	150
2.1.4.2.	Continuidade normativo-típica.....	159
2.2.	Improbidade administrativa e processo coletivo: quebra de uma premissa	164
2.2.1.	Ausência de previsão normativa que obrigue a aplicação do microssistema de tutela coletiva à LIA	172
2.2.2.	Direito difuso tutelado na ação de improbidade administrativa e a inaplicabilidade da tutela coletiva	175
2.2.2.1.	Pluritutela jurídica da probidade administrativa	180
2.2.3.	Problemas decorrentes da aplicação do microssistema de tutela coletiva à ação de improbidade administrativa	183
2.2.3.1.	O postulado hermenêutico do microssistema	184
2.2.3.1.1.	Legitimidade da defensoria pública e associações	186
2.2.3.1.2.	Remessa necessária	187
2.2.3.2.	Princípio da predominância dos aspectos inquisitoriais ...	194
2.2.3.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	196
2.2.3.4.	Coisa julgada secundum eventum probationis.....	198
2.3.	Improbidade administrativa e o CPC.....	204
2.3.1.	Problemas decorrentes da aplicação do CPC à LIA	208
2.3.1.1.	Depoimento pessoal	209
2.3.1.2.	Revelia	213
2.3.1.3.	Ação rescisória	216

Capítulo 3

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	219
3.1. Teor da garantia.....	219
3.1.1. Aspecto extraprocessual (extrajudicial).....	222
3.1.2. Aspecto processual: princípio informador do processo	224
3.1.3. Aspecto processual: regra de tratamento processual	228
3.1.4. Aspecto processual: regra probatória (ônus subjetivo)	235

3.1.5.	Aspecto processual: regra de julgamento (ônus objetivo).....	240
3.2.	Aplicação da garantia na LIA	246
3.2.1.	Inquérito civil	251
3.2.2.	Petição inicial: narrativa e prova.....	257
3.2.3.	Procedibilidade da inicial: <i>in dubio pro reo</i> x <i>in dubio pro societate</i>	268
3.2.4.	Defesa	277
3.2.4.1.	Ônus da impugnação específica e defesa genérica.....	279
3.2.4.2.	Revelia e presunção de veracidade.....	282
3.2.5.	Tutela provisória.....	288
3.2.6.	Direito probatório.....	297
3.2.6.1.	Ônus da prova	298
3.2.6.1.1.	Inversão e dinamização do ônus da prova.....	303
3.2.6.1.2.	Fato negativo e ato de improbidade por omissão	307
3.2.6.2.	Presunções.....	311
3.2.6.2.1.	Presunção de legalidade e de veracidade dos atos administrativos	314
3.2.6.2.2.	Dano <i>in re ipsa</i> e dispensa de licitação.....	321
3.2.6.2.3.	A presunção de ilicitude do enriquecimento..	324
3.2.6.2.4.	Dolo presumido	328
3.2.6.3.	Modelo de constatação para condenação: além da dúvida razoável	331
3.2.6.4.	Depoimento pessoal como meio de prova e confissão ficta	338
3.2.6.5.	Dever de colaboração ou cooperação	342
3.2.6.5.1.	Recusa do réu na exibição de documento ou coisa.....	348
3.2.6.5.2.	Não comparecimento do réu à perícia médica...	350
3.2.7.	Julgamento antecipado do mérito.....	351
3.2.8.	Recurso: exceção translativa <i>pro reo</i>	358
3.2.9.	Execução provisória da pena	361

Capítulo 4

NE BIS IN IDEM	371
4.1. Considerações iniciais	371
4.2. Teor da garantia.....	379
4.2.1. <i>Ne bis in idem</i> processual.....	382
4.2.1.1. Art. 37, § 4.º, da CF/1988: norma de sobreposição punitiva e a necessidade de sua interpretação restritiva	388
4.2.1.2. Art. 8.4 da CADH: norma de coordenação punitiva	390

4.2.2.	<i>Ne bis in idem</i> material.....	395
4.2.3.	Identidade de sujeito.....	402
4.2.4.	<i>Bis</i> : processo ou sanção anterior	405
4.2.5.	<i>Idem</i> : mesmos fatos.....	410
4.3.	Aplicação da garantia na LIA	413
4.3.1.	Petição inicial e imputação.....	416
4.3.2.	Litispendência.....	419
4.3.2.1.	Absolvição no processo criminal confirmada por órgão colegiado: art. 21, § 4.º, da LIA	422
4.3.3.	Sentença e coisa julgada.....	423
4.3.3.1.	Improcedência.....	424
4.3.3.1.1.	Ação rescisória contra a sentença de improcedência.....	426
4.3.3.1.2.	Remessa necessária e o art. 17-C, § 3.º, da LIA	428
4.3.3.2.	Procedência e condenação	429
4.3.3.2.1.	Fundamentação e o art. 17-C, V, da LIA c/c o art. 22, § 3.º, da LINDB.....	431
4.3.3.2.2.	Rescisória e a sentença condenatória	436
4.3.3.3.	Extinção sem resolução do mérito e as “falsas carências”.....	441
4.3.3.3.1.	“Rejeição” da inicial	443
4.3.3.3.2.	Negativa do fato ou de sua autoria na sentença criminal e civil: art. 21, § 3.º, da LIA	446
4.3.3.4.	Coisa julgada secundum eventum probationis.....	447
4.3.3.5.	Arquivamento e trancamento do inquérito civil.....	447
4.3.3.6.	Acordo de não persecução cível	450
CONCLUSÃO.....		453
REFERÊNCIAS.....		469